

Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda. ("Uniconsult" ou "Empresa") referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Apresentação

A Uniconsult Administradora de Benefícios Ltda. oferece planos coletivos por adesão de assistência à saúde e planos odontológicos, proporcionando serviços de qualidade com custo-benefício. A Empresa é registrada na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob o número 42010-7.

Política de Destinação dos Lucros

Conforme contrato social, os dividendos e/ou juros sobre capital próprio serão distribuídos proporcionalmente à participação dos sócios no capital social da Sociedade, sendo, no entanto, permitida sua distribuição desproporcional à participação dos sócios no capital social mediante aprovação de sócios representando ao menos 75% do capital social.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Em um cenário desafiador para o setor de saúde e para a economia, a Empresa tem focado na retenção de clientes, oferecendo produtos mais acessíveis e um atendimento qualificado. Esforços também são direcionados para soluções de pagamento e redução da inadimplência e sinistralidade.

Mesmo com todos os obstáculos, 2025 foi marcado por conquistas importantes na consolidação da empresa e na estratégia de retomada do crescimento. Durante o último ano, continuamos o processo de profissionalização, buscando aprimorar e implementar as melhores práticas em todos os setores da empresa.

Perspectivas e planos da administração para o(s) exercício(s) seguinte(s)

A Empresa priorizará uma melhor alocação de capital ao longo de 2026, com o objetivo de aumentar significativamente a geração de caixa livre. As principais ações serão: i) austeridade nos gastos e despesas, principalmente os discricionários, buscando maior eficiência operacional; ii) melhora no capital de giro; iii) otimização da estrutura tributária.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Empresa afirma que ao final do ano de 2025, detém capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 8.097, tendo capacidade financeira de cumprir com seus compromissos de curto prazo. Adicionalmente, a Empresa não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. A Administração manteve ao longo do ano a capacidade financeira e o curso normal das operações da Empresa, e cumpriu suas obrigações perante a agência reguladora.

Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em conformidade com as normas das ANS.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da
Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

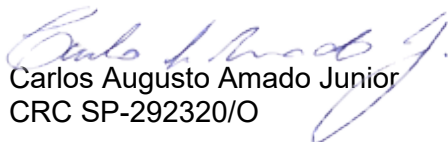


**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP-034519/O


Carlos Augusto Amado Junior
CRC SP-292320/O

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/25	31/12/24
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		12.068	7.776
Disponível	7	9.981	3.403
Realizável		2.087	4.373
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	8	719	658
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		719	658
Bens e Títulos a Receber	9	1.368	3.492
Despesas Antecipadas		-	223
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.076	6.557
Realizável a Longo Prazo		2.911	4.543
Créditos Tributários e Previdenciários		285	1.880
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	2.603	2.640
Outros Créditos a Receber e Direitos		23	23
Imobilizado		223	313
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		31	46
Direito de Uso de Arrendamentos		192	267
Intangível	12	942	1.701
TOTAL DO ATIVO		16.144	14.333

	Nota Explicativa	31/12/25	31/12/24
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE		3.971	3.921
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	13	1.737	1.402
Contraprestações / Prêmios a Restituir		170	157
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		312	252
Comercialização sobre Operações		100	3
Débitos de Operações de Administração de Benefícios		1.155	990
Provisões		271	266
Provisão para IR e CSLL		271	266
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		285	377
Débitos Diversos	14	1.678	1.876
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		300	4.713
Provisões		222	4.539
Provisões para Ações Judiciais	15	222	4.539
Débitos Diversos	14	78	174
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.873	5.699
Capital Social	16	150	150
Reservas de lucro		11.723	7.990
Ajustes de avaliação patrimonial		-	(2.441)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.144	14.333

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/25	31/12/24
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		21.721	21.137
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		23.245	22.620
Receitas com Administração		23.245	22.620
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(1.524)	(1.483)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(428)	(2.626)
Outras Receitas Operacionais		106	53
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		7	27
Outras Receitas Operacionais de planos de assistência a saúde		99	26
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(525)	(2.607)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	17	304	(1.728)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	8	(829)	(879)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(9)	(72)
RESULTADO BRUTO		21.293	18.511
Despesas de Comercialização		(2.284)	(1.831)
Despesas Administrativas	18	(5.802)	(7.445)
Resultado Financeiro Líquido	19	999	549
Receitas Financeiras		1.939	1.312
Despesas Financeiras		(940)	(763)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	20	14.206	9.784
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(3.987)	(3.368)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(1.348)	1.704
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.871	8.120

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.871	8.120
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	8.871	8.120

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva Legal	Reserva de lucro	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023		150	30	7.586	(2.441)	-	5.325
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.120	8.120
Dividendos antecipados		-	-	-	-	(4.447)	(4.447)
Pagamento de dividendo adicional proposto		-	-	(3.299)	-	-	(3.299)
Constituição de reserva de lucro				3.673	-	(3.673)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024		150	30	7.960	(2.441)	-	5.699
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	-	8.871	8.871
Dividendos antecipados	16					(398)	(398)
Dividendo adicional proposto		-	-	(2.299)	-	-	(2.299)
Constituição de reserva de lucro	16	-	-	6.032	2.441	(8.473)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025		150	30	11.693	-	-	11.873

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

UNICONSULT ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de Plano de Saúde		164.016	160.643
(+) Resgate de Aplicações Financeiras		24.115	41.995
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		1.055	639
(+) Outros Recebimentos Operacionais		7.938	21
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(142.413)	(139.233)
(-) Pagamentos de Comissões		(2.697)	(1.462)
(-) Pagamentos de Pessoal		(3.771)	(5.251)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(286)	(535)
(-) Pagamentos de Tributos		(5.144)	(4.703)
(-) Pagamentos de Aluguel		-	(94)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(18)	(22)
(-) Aplicações Financeiras		(24.126)	(42.009)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(9.193)	(2.986)
Caixa líquido das atividades operacionais		9.476	7.003
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível		(72)	(70)
Caixa das atividades de investimentos		(72)	(70)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(-) Pagamentos de Amortização de Empréstimos / Financiamentos / Leasing		(129)	-
(-) Pagamentos de dividendos		(2.697)	(7.746)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(2.826)	(7.746)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		6.578	(813)
Caixa - saldo inicial	7	3.403	4.216
Caixa - saldo final	7	9.981	3.403
Ativos livres no início do ano (*)		3.403	4.216
Ativos livres no fim do ano (*)		9.981	3.403
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		6.578	(813)

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível acrescido dos saldos de Aplicações Livres (contas 1222 e 1312).

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas

UNICONSULT – ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações Gerais

a) Contexto Operacional

A Uniconsult – Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. (“Uniconsult” ou “Empresa”), fundada em 26 de fevereiro de 2016 e com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Grupo Qualicorp”), obteve em maio de 2016, autorização de funcionamento pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Tem por objeto social a administração de benefícios de assistência à saúde, podendo: a) promover a reunião de pessoas jurídicas contratantes de serviços de saúde na forma do art. 23 da RN nº 557, de 14 de dezembro de 2022; b) contratar plano privado de assistência à saúde coletivo, na condição de estipulante, a ser disponibilizado para as pessoas jurídicas legitimadas para contratar; c) oferecer planos de assistência à saúde para associados das pessoas jurídicas contratantes; d) fornecer apoio técnico na negociação de reajustes, aplicação de mecanismos de regulação pelas operadoras de planos de saúde e alteração de rede assistencial; e) dar apoio à área de recursos humanos das pessoas jurídicas contratantes na gestão de benefícios dos planos de assistência à saúde; e f) fornecer serviços de: terceirização de serviços administrativos, movimentação cadastral, conferência de faturas, cobrança ao beneficiário por delegação, e consultoria para prospectar o mercado e sugerir desenho de plano e modelo de gestão.

As operações da Empresa são conduzidas por meio de processos integrados no mercado de benefícios utilizando-se da mesma estrutura operacional do Grupo Qualicorp, do qual faz parte. As sinergias dos serviços prestados em conjunto pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos individualmente pelas empresas conforme sua ocorrência.

b) Principais eventos ocorridos no exercício de 2025

Em 02 de maio de 2025, a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., empresa do Grupo Qualicorp, celebrou um contrato para aquisição dos 25% de participação societária detida pelos sócios minoritários. Como resultado desta transação, o Grupo Qualicorp passou a deter, direta e indiretamente, 100% do capital social da Uniconsult (vide nota explicativa nº 16)

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528/22.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos

financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

3. Políticas Contábeis

As políticas contábeis materiais adotadas pela Empresa foram as seguintes:

Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

i. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passa a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como mensurados nas seguintes categorias específicas: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48.

A classificação depende do modelo de negócio da Empresa e finalidade dos ativos financeiros, sendo determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Desconhecimento

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações contratuais são extintas, e canceladas, quando expiram ou são liquidadas. No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

ii. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata, incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras como um todo centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

iii. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Empresa), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde.

Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo "créditos de administração de benefícios" em contrapartida às contas de passivos de "débitos de administração de benefícios" (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de "contraprestações /prêmios a restituir" (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "receita antecipada de contraprestações/prêmios".

Nas operações em que a Empresa assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 90 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "receita antecipada de contraprestações/prêmios".

iv. Provisão para perdas sobre créditos

Utilizando-se de uma abordagem simplificada na mensuração de créditos de liquidação duvidosa, no reconhecimento inicial de contas a receber de clientes, a Empresa assume o risco de crédito e reconhece no resultado a provisão de perdas, calculada através do percentual identificado no estudo interno da inadimplência da Empresa sobre os respectivos faturamentos. Esse estudo é reavaliado anualmente a menos que ocorra uma alteração significativa no mix de operadoras/clientes ou uma alteração significativa dos prazos de cancelamentos dos clientes por débito que exija avaliação em menor prazo.

A Empresa também analisa a curva de recebimento para estimar a perda esperada para os saldos de contas a receber.

v. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual

exceder o valor recuperável.

vi. **Intangível**

Está representado principalmente pelas licenças de software, software em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros, e pelo custo incremental para obtenção de novos contratos com clientes.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

vii. **Redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*)**

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

viii. **Arrendamento**

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos como uma despesa no resultado.

A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início do contrato, pois a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

ix. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Empresa e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos.

x. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

- Contraprestação/prêmios a restituir: corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente.
- Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

xi. Provisões para ações judiciais

As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa resultará em uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 24 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo:

- Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos;
- Aprimora o controle de desempenho;
- Elimina erros contábeis e mitiga riscos;
- Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento;
- Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica; e
- Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível.

4. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa baseia-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes.

A Empresa adota premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Empresa forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Empresa adotará as premissas abaixo relacionadas, que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Provisão para riscos cíveis

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 24 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos e aos pagamentos realizados, que podem de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na provisão no valor de \$ 19.

b) Provisão para perdas esperadas de contas a receber de clientes

Calculada através de um percentual identificado em estudo interno da Empresa sobre os respectivos faturamentos, que considera uma média ponderada de inadimplência histórica dos últimos 12 meses.

Em 31/12/2025 percentual médio ponderado aplicado é de 1,06% (mesmo percentual em 31/12/2024).

5. Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo amortizado	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros				
Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	-	8.965	-	3.379
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	719	-	658	-
Bens e títulos a receber	1.368	-	3.492	-
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo	23	-	23	-
Total dos ativos financeiros	2.110	8.965	4.173	3.379

Passivos financeiros

Contraprestações / prêmios a restituir	170	-	157	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	312	-	252	-
Comercialização sobre operações	100	-	3	-
Débitos de operações de administração de benefícios	1.155	-	990	-
Débitos diversos – circulante e não circulante	1.756	-	2.050	-
Total dos passivos financeiros	3.493	-	3.452	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos níveis, com base no grau observável do valor justo, em que as mensurações são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos equivalentes.

- Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/2025	31/12/2024
	Nível 1	Nível 1
Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	8.965	3.379

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não ocorreram transferências entre níveis.

b) Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa efetua operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que garantem que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que

os resultados obtidos estejam de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito advém de a possibilidade da Empresa ter que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários.

Para mitigar este risco, a Empresa adota como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 30 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 8.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros a variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

<u>Rubrica:</u>	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Disponível - aplicações financeiras de liquidez imediata	Ativo circulante	7	8.965	3.379

i) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito nas notas explicativas nº 7.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível e de obrigações com debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria em R\$ 58.

Risco de capital

A Empresa utiliza seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno para todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é composta pelo endividamento líquido (representado pelo caixa e saldos de bancos conforme detalhado na nota explicativa nº 7 e pelo patrimônio líquido nota explicativa nº 16).

A Empresa está sujeita a requerimentos de manutenção de recursos próprios mínimos, conforme determinação da ANS através da RN nº 569, de 19 de dezembro de 2022, que estabelece um capital regulatório exigido. Este é definido pelo maior valor entre o Capital Base e o Capital Baseado em Risco, sendo que ambos devem ser inferiores ao patrimônio líquido ajustado (PLA) por efeitos econômicos.

Abaixo demonstramos o patrimônio líquido ajustado por entidade calculado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os quais estão enquadrados à respectiva Resolução Normativa:

	31/12/2025	31/12/2024
PLA	10.930	3.775
Capital baseado em risco	908	1.865

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

Descrição:	31/12/2025				
	Menos de seis meses R\$	De seis meses a um ano R\$	De um ano a dois anos R\$	Mais de dois anos R\$	Total
Débitos diversos	1.552	68	68	68	1.756
Débitos de operações de administração de benefícios	1.155	-	-	-	1.155
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	312	-	-	-	312
Contraprestações/prêmios a restituir	170	-	-	-	170
Comercialização sobre operações	100	-	-	-	100
Total	3.288	68	68	68	3.493

Descrição:	31/12/2024				
	Menos de seis meses R\$	De seis meses a um ano R\$	De um ano a dois anos R\$	Mais de dois anos R\$	Total
Débitos diversos	1.812	64	129	45	2.050
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	252	-	-	-	252
Contraprestações/prêmios a restituir	157	-	-	-	157
Comercialização sobre operações	3	-	-	-	3
Débitos de operações de administração de benefícios	990	-	-	-	990
Total	3.214	64	129	45	3.452

6. Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor:

A Empresa inicia o exercício 2025 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2025, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
CPC18 e ICPC 09	<p>O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao CPC 18 (R3) Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. As mudanças incluem a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, harmonizando as práticas contábeis no Brasil com as internacionais.</p> <p>Além disso, a ICPC 09 foi atualizada para alinhar sua redação às mudanças ocorridas após sua emissão. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. Após avaliação, concluímos que não houve impactos para a Empresa, pois atualmente aplicamos o método MEP na mensuração dos nossos investimentos.</p>
CPC 02	<p>O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que incorpora alterações trazidas pelo "Lack of Exchangeability" emitido pelo IASB. Essas alterações impactam o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio.</p> <p>As mudanças visam definir o conceito de moeda conversível e orientar sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.</p> <p>O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Empresa concluiu que não houve impactos devidos a essa mudança.</p>

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

CPC 26	<p>Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui o CPC 26/ IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras a partir de 1º de janeiro de 2027, com o objetivo de melhorar a qualidade das divulgações financeiras, através da (i) apresentação de subtotais definidos para as demonstrações de resultados do exercício, segregando receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e imposto de renda; (ii) divulgações sobre <i>Management-defined Performance Measures</i> (MPM), ou medidas de desempenho definidas pela Administração, para prover transparência; (iii) e requisitos aprimorados para agregação e desagregação, com a finalidade de fornecer informações úteis. Tais mudanças impactarão a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, cujo ponto de partida será o lucro operacional. A Empresa está avaliando os impactos do novo padrão e irá adequar suas divulgações no período de exigibilidade desta norma.</p>
IFRS 19	<p>Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: a nova norma, publicada pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>, simplifica e reduz os custos dos relatórios financeiros das subsidiárias que não têm obrigação pública de divulgação. A norma permite que essas subsidiárias apliquem as normas contábeis IFRS com requisitos de divulgação reduzidos, mantendo a utilidade das demonstrações financeiras. A IFRS 19 entra em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Empresa está avaliando os impactos desta norma e irá adequar seus requisitos de divulgação no período de exigibilidade desta norma pela ANS.</p>

Lei complementar 214 de 16 de janeiro de 2025.

A Empresa vem acompanhando as alterações no sistema tributário nacional introduzidas pela LC nº 214/2025, especialmente no que se refere à substituição dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI) pelos novos tributos sobre o valor agregado, denominados Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em nível estadual/municipal e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) em nível federal. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Em razão da necessidade de regulamentação de determinados temas por lei complementar, os impactos da Reforma Tributária somente serão plenamente conhecidos após a finalização do processo de regulamentação. A Empresa continua monitorando a evolução da legislação para avaliar tempestivamente seus efeitos.

7. Disponível

Saldos de caixa e equivalentes de caixa são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	8.965	3.379
Bancos conta depósito - movimento – país	1.015	23
Caixa	1	1
Total	9.981	3.403

a) Esses instrumentos financeiros são atualizados com base na taxa de 95% do CDI.

8. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Saldos de créditos de operações com planos de assistência à Saúde, são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/ risco de inadimplência	1.165	893
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde	(446)	(235)
Total	719	658

O resumo por idade da contraprestação pecuniária/prêmio a receber é o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	5	5
Vencidos:		
Até 30 dias	858	785
De 31 a 60 dias	215	103
De 61 a 90 dias	87	-
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde	(446)	(235)
Total	719	658

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos – Resultado

	31/12/2025	31/12/2024
Perdas estimadas	(211)	(52)
Perdas efetivas	(618)	(827)
Perdas com créditos incobráveis	(829)	(879)

9. Bens e Títulos a Receber

Saldos de bens e títulos a receber, são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Valores a receber de operadoras/seguradoras (a)	1.107	2.271
Títulos a Receber	28	37
Outros valores e bens (b)	232	1.184
Partes Relacionadas	1	-
Total	1.368	3.492

- a) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa.
- b) Referem-se, basicamente, à adiantamentos aos fornecedores.

10. Partes Relacionadas

Os saldos de partes relacionadas, no passivo circulante, são compostos conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber		
Operações <i>intercompany</i>	1	-
Total do Ativo	1	-
Contas a pagar		
Operações <i>intercompany</i> (*)	195	3
Total do Passivo	195	3

(*) Trata-se de valores alocados em débitos diversos no passivo, relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.

Abaixo segue quadro com as movimentações de partes relacionadas no período findo em 31 de dezembro de 2025, nas receitas e despesas, são compostos conforme segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Uniconsult	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Uniconsult	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
Serviços corporativos e rateios (i)	(153)	153	50	(50)

i) Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas da Empresa (finanças, controladoria, jurídico, administrativo, recursos humanos e tecnologia da informação) com valores alocados nas despesas administrativas, cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo Qualicorp.

a) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração a administradores	158	650	162	1.784

11. Depósitos Judiciais e Fiscais

Saldos de depósitos judiciais e fiscais, são apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Tributários (*)	2.549	2.549
Regulatório	54	54
Cíveis	-	37
Total	2.603	2.640

(*) Referem-se basicamente a depósitos fiscais vinculados ao processo de denúncia espontânea dos débitos de ISS apurados no período de julho de 2016 a agosto de 2020.

12.Intangível

Ativos intangíveis estão compostos como segue:

	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2024	Custo	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2025
Aquisições de cessão de direitos	20	323	(152)	171	323	(215)	108
Softwares e softwares em desenvolvimento	20	209	(309)	41	422	(380)	42
Comissão de Obtenções de Vendas	40	3.920	(2.431)	1.489	4.211	(3.419)	792
Total outros ativos intangíveis		4.593	(2.892)	1.701	4.956	(4.014)	942

A seguir estão detalhadas as movimentações ocorridas nos ativos intangíveis:

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2024	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Aquisições de cessão de direitos	236	-	(65)	171	-	(63)	108
Softwares e softwares em desenvolvimento	65	140	(164)	41	74	(73)	42
Comissão de Obtenções de Vendas	1.556	973	(1.040)	1.489	290	(987)	792
Total outros ativos intangíveis	1.857	1.113	(1.269)	1.701	364	(1.123)	942

13. Débitos de Operações de Administração de Benefícios

Débitos de operações de administração de benefícios, estão compostos como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Débitos de operações de administração de benefícios (*)	1.155	990
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	312	252
Contraprestações / Prêmios a Restituir	170	157
Comercialização sobre Operações	100	3
Total	1.737	1.402

(*) Referem-se às faturas de planos e seguro-saúde a serem pagas às seguradoras/operadoras, no vencimento, independentemente do recebimento por parte dos beneficiários.

14. Débitos Diversos

Os saldos de débitos diversos, nos passivos circulante e não circulante, são compostos conforme segue:

Passivo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Valores a repassar seguradoras/operadoras (a)	867	925
Obrigações com pessoal	331	468
Partes relacionadas (b)	195	3
Arrendamentos	132	99
Outros	153	381
Total do passivo circulante	1.678	1.876
Passivo não circulante		
Arrendamentos	78	174
Total do passivo não circulante	78	174
Total de débitos diversos	1.756	2.050

- a) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa.
- b) Referem-se a saldo de transações com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

15. Provisões para Ações Judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Empresa está exposta aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, para as quais, com base na opinião de advogados externos/internos e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	31/12/2023	Adições	Reversões	31/12/2024	Adições	Reversões	31/12/2025
Tributárias	3.576	30	-	3.606	10	(3.616)	-
Trabalhistas e previdenciárias (a)	639	-	-	639	-	(639)	-
Cíveis (b)	137	184	(27)	294	173	(281)	186
Regulatório – ANS (c)	30	-	(30)	-	36	-	36
Total	4.382	214	(57)	4.539	219	(4.536)	222

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2025:

- a) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas em andamento, sendo o montante de R\$454 avaliado como perda possível (nenhum processo avaliado como perda possível em 31 de dezembro de 2024), para o qual não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre questões relativas à jornada de trabalho.
- b) A Empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$186 (R\$294 em 2024), estimado como provável desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. Há também processos em que o desembolso de caixa é possível, com valor total de R\$28, para os quais não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) pedidos de autorização para procedimentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos em decorrência de ausência de previsão no rol de procedimentos autorizados pela ANS, carência, tratamentos experimentais, acompanhados de pedidos indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (ii) ações e cobrança de prestadores médicos referente a glosas de faturamento; (iii) encerramentos de contrato que ensejam pedidos de restabelecimento de plano, acompanhados de pedido indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iv) alegações de erros médicos que ensejam pedidos de indenização por danos moral e material.
- c) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$36 (nenhuma provisão constituída em 31 de dezembro 2024) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão para contingências, e de R\$60 avaliado como perda possível (nenhum processo avaliado como perda possível em 31 de dezembro de 2024), para o qual não foram constituídas provisões.

16. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social da Empresa é de R\$150, totalmente subscrito e integralizado sendo dividido em 150.000 quotas de valor nominal igual a 1,00.

Em 05 de junho de 2025, Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. adquiriu 37.500 quotas de capital social no montante de R\$ 37.500,00 correspondente a 25% de participação societária.

Reserva legal

Conforme estabelece o contrato social, a Empresa deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R\$30 pois atingiu o índice de 20%.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

A Empresa, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos, serem imputados ao dividendo obrigatório.

A Administração da Empresa encaminhou para aprovação em Assembleia a seguinte proposta de destinação do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro 2025:

Destinação do Lucro líquido	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	8.871	8.120
Antecipação de dividendos intercalares no exercício	(398)	(4.447)
Constituição de reserva de lucros	(8.473)	(3.673)

17. Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Repasses financeiros de contratos de adesão (a)	(1.719)	(1.625)
Reversão/(provisão) de provisões para riscos	4.328	(127)
Ganhos (Perdas) operacionais	(2.224)	24
Outras despesas	(81)	-
Total	304	(1.728)

(a) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão.

18. Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com pessoal (a)	(3.554)	(5.040)
Depreciações e amortizações	(1.248)	(1.310)
Gastos com localização e funcionamento	(351)	(404)
Gastos com serviços de terceiros	(307)	(435)
Outras despesas administrativas	(342)	(256)
Total	(5.802)	(7.445)

a) As despesas com pessoal, compõem-se como segue:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Salários e ordenados	(2.007)	(3.085)
Despesas com encargos sociais	(694)	(975)
Provisão de 13º salário e férias	(222)	(298)
Despesas com vale refeição	(252)	(261)
Despesas com transporte	(25)	(30)
Outras despesas com pessoal	(354)	(391)
Total	(3.554)	(5.040)

19. Receitas (Despesas) Financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	1.343	809
Juros e multa sobre recebimentos em atraso	581	472
Outras receitas financeiras	15	31
Total de receitas financeiras	1.939	1.312
Despesas financeiras:		
Tarifa de cobrança	(337)	(375)
Atualização monetária	(83)	(32)
Descontos concedidos	(252)	(296)
Outras despesas financeiras	(268)	(60)
Total de despesas financeiras	(940)	(763)
Resultado financeiro	999	549

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes sobre o lucro são demonstradas como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	14.206	9.784
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(4.830)	(3.327)
Perdas com créditos incobráveis	(56)	-
Arrendamentos	(48)	-
Despesas não dedutíveis	(30)	(561)
Incentivo fiscal	78	78
Recuperação de perdas	21	68
Outros	(470)	2.078
Total das despesas/créditos de IRPJ/CSLL	(5.335)	(1.664)
Taxa efetiva da despesa de IRPJ/CSLL (%)	37,55%	17,01%

21. Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	14.206	9.784
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	1.249	1.310
Despesas financeiras	30	-
Provisão (reversão) para riscos	(4.317)	(157)
	11.168	10.937
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
(Aumento) redução de créditos de operações com planos de assistência à saúde	(61)	534
Aumento (redução) de despesas antecipadas	223	(31)
Aumento (redução) de bens e títulos a receber	2.124	(406)
Aumento (redução) de depósitos judiciais	37	(3)
Aumento de créditos tributários e previdenciários	-	74
Redução de contraprestações / prêmios a restituir	13	20
Redução de receita antecipada de contraprestações / prêmios	60	9
Redução (aumento) de comercialização sobre operações	97	(5)
Redução (aumento) de débitos de operações de administração de benefícios	165	(515)
(Aumento) de provisão para IR e CSLL	(709)	(252)
(Aumento) redução de tributos e encargos sociais a recolher	(92)	16
Redução de provisões para ações judiciais	-	314
(Aumento) de débitos diversos	(523)	(675)
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	12.502	10.017
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.026)	(3.014)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	9.476	7.003

22. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 27 de fevereiro de 2026.

Maurício da Silva Lopes
Diretor Presidente

Eduardo Oliveira
Diretor

Gianfranco Lucchesi
Diretor

Eder da Silva Grande
Diretor Financeiro

Patrícia Hirano Diz
Contadora - CRC. 1SP265232/O-9